

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS
PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO,
NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ATA Nº 015

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. NARRADOR - Está aberta a presente audiência pública.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Nelson Baumgartz; o Vice-Prefeito Edegar Squena; o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Estadual Silval Barbosa; o Deputado Estadual Pedro Satélite; o Dr. André Costa Gahyva, Juiz de Direito da Comarca de Guarantã do Norte; a Vereadora Maria Eunice Fontoura, Presidente da Câmara Municipal; o Sr. Rubens Ferreira, Secretário Municipal de Agricultura, que representa neste ato junto à Mesa os demais Secretários da municipalidade; o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Mundo, o Sr. Alceu Meira, popular Tiozinho.

Convidamos as autoridades para tomarem assento junto à Mesa.

Convidamos, também, para compor a Mesa o Coordenador da Associação Amigos do Parque, do Parque Cristalino, o Sr. Renato.

Solicitamos, então, às autoridades que tomem assento junto à Mesa.

Neste momento, senhoras e senhores, passo a palavra ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Estadual Silval Barbosa, que presidirá a audiência pública.

(O SR. DEPUTADO SILVAL BARBOSA ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Muito obrigado!

Quero, primeiro - já composta a Mesa na sua formação -, cumprimentar o Prefeito Municipal, o anfitrião, Prefeito Nelson; e também a Presidente da Câmara, a Vereadora Maria Eunice. E, em seu nome, Vereadora, cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras aqui presentes; o Vice-Prefeito Edegar; o Deputado Pedro Satélite; o Juiz do Fórum da Comarca de Guarantã do Norte, Dr. André Gahyva; o Sr. Renato, Coordenador da Associação Amigos do Parque; o Sr. Rubens Ferreira, Secretário Municipal de Agricultura; o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Tiozinho; e todos os senhores e senhoras presentes.

Esta audiência pública foi requerida por nós - eu e o Deputado Pedro Satélite - e aprovada na Assembléia Legislativa. Há vários dias, nós aprovamos a realização desta audiência pública.

Está tramitando na Assembléia Legislativa a Mensagem nº 08/06, de autoria do Poder Executivo, do Governo do Estado, que unifica as áreas do Parque Cristalino, Cristalino I e II.

Esta audiência pública contará com a presença da equipe técnica da SEMA, que já era para estar aqui...

O Prefeito me informa que está presente o Gerente do Parque Cristalino, o Sr. Ênio, que convidamos para compor a Mesa. Se estiver presente, por gentileza.

Nós tivemos uma audiência pública, hoje, pela manhã, em que nós discutimos também um projeto do Governo, que é a ampliação da Reserva do rio Roosevelt, lá no Guariba, no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Município de Colniza. Havia um entendimento muito conflituoso da população e dos produtores que lá moram. Graças a Deus, das 08:30 horas até agora, 12:30 horas, nós conseguimos chegar a um consenso, contemplando o que os produtores queriam e esclarecendo as dúvidas e o mal entendido que tinha sobre o projeto. E os técnicos da SEMA, o Dr. Luis Henrique e a Dr^a Eliane, estavam vindo para cá também, mas houve um problema e eles tiveram que pousar em Alta Floresta para reabastecer a aeronave. Saíram logo após a hora que nós decolamos, portanto devem estar chegando. Então, nós vamos dar o início ao informe do objetivo desta audiência pública.

Infelizmente, também, a nossa equipe de taquigrafia não pôde estar presente, porque houve um problema na aeronave. Mas nós solicitamos a gravação na íntegra, e o que for falado, o que for mostrado será transcrito em Ata e ficará registrado nos Anais da Casa. Ficará lavrado uma Ata, e todos terão cópia e acesso a esse documento que será público.

Então, qual o objetivo desta audiência pública? Vou resgatar aqui um pouco, fazer um histórico, desde quando começou a discussão do Cristalino.

Primeiro, o Governador Dante de Oliveira aprovou uma lei. Era um decreto que virou lei, de 66.000 hectares - vou falar tudo em números redondos aqui. Logo em seguida, sancionou um decreto de 118.000 hectares. A Gleba Divisa também foi palco já de muitas discussões aqui em Novo Mundo. Aqui, Dr. André, que já esteve aqui no Governo Dante, o Dante queria criar um grande assentamento que foi propagado. Inicialmente, começou falando que assentaria 10.000 famílias. Viu que não seria possível e abaixou para 5.000, para 3.000, enfim, foram assentadas, aproximadamente, 723 famílias. O Wandir deu-me essa informação, porque ele era o coordenador do INTERMAT aqui em Novo Mundo e fez todo esse trabalho de levantamento da Gleba Divisa. Estiveram aqui em Novo Mundo três Ministros da República tratando da Gleba Divisa: Raul Jungmann, da Reforma Agrária; Sarney Filho, do Meio Ambiente; e o Ministro do Trabalho - falha-me agora o nome dele, mas era o Ministro do Trabalho. Os três Ministros estiveram aqui no ano de 1998, discutindo o problema da Gleba Divisa. E isso se arrasta por muito tempo. Existe um conflito de matrícula. A matrícula é do Estado, no entanto foi feita uma permuta. Mas a Assembléia Legislativa, em 1994, a 13^a Legislatura questionou a permuta. E foi o fruto de uma CPI. Foi cancelada a permuta, e a matrícula voltou para o Estado. Diante dessa matrícula, o Governador Dante de Oliveira instalou um escritório do INTERMAT aqui e fez todo esse trabalho de assentamento, de composição com os produtores e adequação do Parque Cristalino I e II - um, lei; e o outro, decreto. Esse trabalho aqui foi feito pelo INTERMAT e é do conhecimento de uma grande maioria. Só que na hora de emitir os títulos... Já tinha aprovado aqui no campo; já estavam formalizados todos os processos; o INTERMAT na Capital do Estado tinha aprovado todos esses processos que foram formalizados, mandou-os para a Assembléia Legislativa, e eles foram apreciados e aprovados nesta, mas na hora da emissão dos títulos, o Juiz da Justiça Federal suspendeu todo esse trâmite, todo esse trabalho, suspendeu todas as ações que o Governo, já agora no Governo Blairo Maggi, vinha fazendo, que era uma continuidade do Governo Dante de Oliveira. Então o Governo suspendeu as matrículas, mas não deixou de reconhecer o Parque Cristalino I e II. Deixou o IBAMA como fiscalizador de toda essa área. Já tem dois entendimentos aí. Suspendeu as ações de regularização, mas reconheceu o efeito da lei que criou o Parque e do decreto.

O Estado, não conformado com a decisão da Justiça Federal, recorreu com agravo, provavelmente, em Brasília, e lá a Justiça Federal, o STJ suspendeu a decisão do Juiz Federal. Quer dizer, voltou à estaca zero, só aguardando para julgar a matéria no mérito. Mas aquela decisão da Justiça Federal que não tinha efeito foi suspensa. Este é um ponto, mas a discussão, hoje, não vai por aí. Nós não vamos discutir essa questão da regularização fundiária hoje. O motivo da audiência

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

pública, hoje, é a ampliação e a unificação do Parque Cristalino, a unificação e a ampliação do parque, da lei e do decreto.

É lógico que é bom resgatar também que, nesse intermédio de não reconhecimento do efeito da decisão da Justiça Federal, criou-se uma expectativa não só nos agricultores aqui de Novo Mundo que não têm terras mas também nos de toda essa região de que se poderia entrar no Parque de 118.000 hectares. E assim foi feito. Entraram. Várias pessoas entraram. E está aqui o Presidente do Sindicato que depois vai ter a oportunidade de falar. Entraram várias famílias, pretendendo ter um pedaço de terra, sem-terras. E também na possibilidade e na expectativa de ter a área pretendida dos antigos produtores, eles também avançaram. Além de ter dentro do parque aqueles que queriam um pedaço de terra, que eu denomino aqui de sem-terras, e aqueles que tinham a pretensão de ter aquela área, todos começaram um trabalho de abrir a Gleba. A própria Assembléia Legislativa, tomando conhecimento, e o Governo denunciaram ao IBAMA. E o IBAMA veio com o Governo do Estado e com a polícia fazer esse trabalho de retirada dessas famílias que, na época, se eu não estou enganado no número, eram, aproximadamente, 500 famílias que já estavam ali próximas ao Rio Rochedo, naquela intermediação.

Essa discussão, então, se arrolou e está lá. Houve várias denúncias de que está sendo feita extração de madeira dentro do parque. Já veio a fiscalização, e houve outra decisão da Justiça Federal - se eu não estou enganado, o nome do Juiz Federal é Dr. Marcos Tavares -, que mandou implodir todas as pontes, paralisando e prendendo caminhões.

Nós conseguimos, então, com muito trabalho, suspender a decisão de implodir as pontes do Rio Inhandú e outras pontes, que era a decisão judicial. Enfim, o Parque Cristalino, a Gleba Divisa tem sido uma constante em discussões nossas lá na Assembléia Legislativa. Várias audiências públicas já foram realizadas. Quando se criou o decreto e estava tramitando a efetivação desse decreto por lei, nós realizamos, eu acho que, 4 ou 5 audiências públicas com as pessoas daqui de Novo Mundo, com o Prefeito, com o Prefeito de Alta Floresta, de Carlinda, das ONGs. Enfim, várias discussões já foram feitas em audiências públicas não só lá mas também em Alta Floresta, como realizamos agora, em menos de dois anos, se eu não estou enganado, uma audiência pública aqui em Novo Mundo com o Dr. Julier, Juiz Federal, com toda a equipe da Justiça Federal e com o Governador do Estado. Estivemos aqui neste salão. O Dr. Julier permaneceu por dois dias na Gleba Divisa e no Parque Cristalino sobrevoando, com dois helicópteros à disposição, a estrutura do Estado à disposição. Esse trabalho todo foi feito na intenção de solucionar esse conflito: primeiro, com a regularização fundiária e o reconhecimento da matrícula; e, segundo, definitivamente, com o reconhecimento e a finalização desse Parque Cristalino, tirando as divisas, delegando responsabilidade também para os confrontantes vizinhos. E também existe na discussão a indenização de quatro proprietários que têm dentro do parque, que é lei, que eles entraram antes da lei. As benfeitorias ali estão sendo reconhecidas e já está sendo feito um relatório e uma proposta pela SEMA, que vai indenizar as benfeitorias daquelas pessoas.

Então, senhores; representantes aqui do Poder constituído do Município de Novo Mundo; cidadãos que estão aqui; todos também da Associação Amigos do Parque Cristalino, que tem defendido com um ato de bravura - vamos dizer assim - todas as discussões que nós fazemos, estão aqui os amigos do Cristalino, sempre defendendo que se defina, definitivamente, essa linha.

Agora, ainda neste final do ano, nós estivemos aqui percorrendo com o Dr. Marcos Machado, por dois dias, a Gleba Divisa, o Parque Cristalino. Andamos, vistoriamos, e foram feitas várias apreensões de maquinários, de motosserras, prisões, infelizmente, também. Enfim, tivemos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

audiências públicas e reuniões em Alta Floresta com as pessoas, com os madeireiros e com a Associação Amigos do Parque também.

Então, veja bem, eu estou relatando aqui algumas das ações que nós temos feito ao longo do tempo. Já discutimos entre outros parques e este também tem sido colocado dentro da discussão com a Ministra Marina Silva, o Parque Cristalino. Já discutimos com o Governo federal no acordo daquelas pessoas que foram assentadas dentro da Gleba Divisa, investimento para os pequenos. E assim foi feita a liberação do PRONAF, construção de casas de habitação na área rural e agora terminando, como prioridade, que conseguimos inserir dentro da Gleba Divisa o Programa Luz Para Todos, que eu acredito que está quase finalizado o Programa.

Hoje, Dr. André, eu não sei se o senhor conhece aqui a Gleba Divisa, mas nós já temos um distrito chamado Distrito dos Cinco Mil. Na Gleba toda há quantas mil pessoas, Prefeito?

O SR. NELSON BAUMGRATZ - De quatro a cinco mil pessoas...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - De quatro a cinco mil pessoas. Nasceu o Distrito, uma vila, que precisa de infra-estrutura, de escola, de posto de saúde, enfim, mais uma comunidade que está crescendo pela força dos agricultores e nós vimos acompanhando, tentando viabilizar recursos do Estado para dar o mínimo de condições para essas famílias que ali estão.

Eu estou fazendo essa introdução um pouco mais longa até para aguardar o pessoal da SEMA. E, chegando, vamos resgatando tudo isso que estou falando, que é de conhecimento de todos que estão aqui, porque todos conhecem quem está envolvido nesse processo de regularização de parque. Eu estive, eu acho que foi este ano, numa reunião aqui em Novo Mundo, e várias pessoas me procuraram aqui, um grupo de agricultores me procurou, vendo a possibilidade, mostrando o local em que eles estavam dentro do parque. E eu fui muito realista, muito positivo e falei: "Gente! Saiam de lá! Não gastem um centavo mais lá! Tudo o que vocês gastarem, vocês perderão esse dinheiro e vocês vão ainda ganhar um grande processo, vão responder criminalmente, porque é um problema muito sério!" Se o Governo não tomar as providências de criar esse parque, por força, por pressão, vai vir o Governo federal, através do Ministério do Meio Ambiente e criar. E aí, sim, não adianta achar que lá não vai ser parque.

Então, esses dias me informaram que a polícia foi lá, e ainda encontrou algumas pessoas lá dentro do parque. Às vezes, vocês estão aqui no dia-a-dia, não tem noção do que vai vir de pressão para a manutenção desse parque.

Então, é uma discussão que vocês têm de acompanhar, conscientes de que dentro do parque não vai ser possível desenvolver nenhuma atividade, a não ser discutir nesta audiência pública. Por exemplo, o Prefeito encaminhou uma proposta para ver se era possível fazer dentro de um desenvolvimento sustentado a extração de castanha, a extração de palmito e açaí. Enfim, o Prefeito fez essa consulta de pronto e me parece que por resposta o documento foi negado. Então, tem toda essa discussão. Existe uma discussão de algumas pessoas que me procuraram, até de - como que chama? - empresas que exploram o ecoturismo, as agências que exploram o ecoturismo, que tem o ecoturismo, que falam muito em turismo. Procuraram-nos na Assembleia Legislativa, sabendo que nesses últimos meses o Cristalino foi muito divulgado na *Pesca & Companhia*, na *Globo Rural* e em várias matérias em nível nacional foram veiculadas, circuladas nas grandes comunicações do País e fora do País. Com isso tem havido uma busca muito grande dos turistas para conhecer, e o pessoal quer fazer mais alguma estrutura no parque, de desenvolvimento sustentado, de ecoturismo. Tudo isso nós temos que discutir aqui e ver se é possível, se é só com exploração de turismo, de conhecer as belezas do Cristalino, que é uma beleza fantástica ou se é a manutenção que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

uns defenderam, uma estrada parque na responsabilidade do Estado para que o turismo seja desenvolvido, para que as pessoas conheçam o potencial do Parque Cristalino.

Então, são essas algumas das propostas, Prefeito, que tem surgido no dia-a-dia lá na Comissão do Meio Ambiente e na Comissão de Constituição e Justiça e que estão tramitando na Assembléia Legislativa. Hoje, a Mensagem do Governador, que está na Assembléia Legislativa, nós trouxemos. Mas já existe uma outra contraproposta de grupos de pessoas que investiram e que está trabalhando na Comissão de Meio Ambiente também, tanto por parte daqueles que tem propriedade, que abriram, como também de pessoas, de empresários que tem a concessão da Usina Hidrelétrica Rochedo, uma vez que está preservado no projeto o local da construção da usina. Eles discutem muito a ampliação na área alagada. Nós vamos mostrar a Mensagem do Governo, que está na Assembléia Legislativa, e também mostrar uma proposta que levamos, que está na Comissão de Constituição e Justiça, que tem que ser apreciada, ou rejeita ou emendada com essa que está lá do Governador do Estado.

Antes de abrir essa proposta, eu vou fazer o encaminhamento aqui, Deputado Pedro Satélite. Quem sabe até o Prefeito gostaria de fazer a abertura. Quem sabe o Deputado Pedro Satélite gostaria de fazer a fala agora até que cheguem os técnicos da SEMA para nos dar também a assessoria na Mensagem do Governador, que é elaborada com a Assessoria da SEMA que está para chegar. Pode ser assim, então? Há concordância?

Muito bem! Então, eu vou passar a palavra para o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Inicialmente, boa-tarde a todos, boa-tarde a todas. Quero cumprimentar o Prefeito Nelson Baumgratz; o Vice-Prefeito Edeimar; o colega Deputado Silval Barbosa, Presidente da Assembléia; o Exmº Sr. Dr. André Costa Gahyva, Juiz da Comarca de Guarantã do Norte, e este município também pertence a essa Comarca; a Vereadora Maria Eunice Fontoura, Presidente da Câmara Municipal, em seu nome, permita-me, cumprimento todos os Vereadores; o Sr. Rubens, Secretário Municipal de Agricultura, em seu nome cumprimento aqui todos os Secretários presentes; o Tiozinho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em seu nome também cumprimento todo o segmento; e o Sr. Renato, coordenador do Parque também. Aproveito aqui para cumprimentar também o Padre Ludy, que se faz presente, em seu nome quero cumprimentar todos os segmentos religiosos; o Wandir Guimarães, uma pessoa que muito lutou aqui também, para que esse assentamento fosse implantado, e eu diria que nós tivemos muito êxito; e o João Bença, que foi Vice-Prefeito quando Novo Mundo era Distrito de Colíder, que muito nos honra com a sua presença.

Senhoras e senhores... (VIRADA DE FITA) ...o Deputado Silval Barbosa pensa também da mesma forma e, quem sabe, a grande maioria. Além do mais, é uma proposta, até que o pessoal da SEMA chegue aqui.

Pois bem, eu falo aqui sem nenhum constrangimento que o Governo do Brasil vem fazendo uma coisa que eu pessoalmente discordo. Falo em meu nome. No Estado do Pará foram criados mais de dez milhões de hectares de parque. Isso eu acho errado. Isso é uma falta de respeito com o povo brasileiro. Eu acho errado com os brasileiros que vieram para cá, que foram chamados pelo Governo Federal para ocupar a Amazônia. E, hoje, simplesmente, encheram tudo de parque.

Há dias nós estivemos em Apiacás, fazendo uma Audiência Pública como esta. E devo colocar o meu pensamento. Para vocês terem uma idéia, há mais de um milhão de hectares de terra, de mato, em Apiacás, e irão ocupar 94%, Dr. André, do Município de Apiacás. Como que o Município vai sobreviver, sendo que 94% do seu território será parque? E de parque, o Presidente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Silval Barbosa colocou muito certo, não se tira uma folha de dentro. Tem que ser bem esclarecido à sociedade.

Nós sentamos com a Ministra Marina Silva, em Brasília. Ela ficou de analisar, coisa e tal. Essa reunião foi na semana passada e contou com a presença do Governador. O Deputado Silval Barbosa também esteve presente, o Deputado Riva. E nós sentimos que a coisa vem de cima para baixo e já está praticamente definido.

Mas o que nos interessa, neste momento, é o Parque Cristalino. Eu entendo que, além de tudo isso, o mundo está de olho em cima de nós. O mundo inteiro quer que se preserve tudo isto aqui. E nós, brasileiros, infelizmente, não temos mais forças. A classe política, ao menos os Deputados Estaduais estão fazendo de tudo para que aqui, em Mato Grosso, não aconteça o que aconteceu no Pará. Ao menos, a Assembléia Legislativa vem cumprindo com as suas obrigações, Sr. Presidente, fazendo audiências públicas, colocando a verdade à população, olhando nos olhos para que lá na frente os nossos netos, os nossos bisnetos não falem: “Olha, houve um erro.” Nós não sabemos. Quem sabe estejamos errados. Mas eu tenho certeza de que nós estamos no caminho certo.

Aí vem a questão do Parque Cristalino. Alguém pode perguntar: “Deputado, o senhor é contra o Parque Cristalino?” Não. Eu acho que aqui a grande maioria já se conscientizou de que o jogo é esse e que terá que ser criado o parque. Aliás, já está criado, como o Deputado explicou aqui. São 184.000 hectares, entre o decreto e o parque que já existe. São 184.000 hectares. E o que nós estamos querendo fazer? O Deputado explicou. E no meu ponto de vista nós vamos fazer aquilo que ainda podemos fazer. O Estado, o Governo do Estado ainda pode fazer isso, mais do que rápido, criar esse parque. Por quê? Se nós demormos mais um pouco, Dr. André, vai vir de cima para baixo. Ao invés de 184 eles vão querer jogar 200, 300, e quem sabe pegar até os pequenos produtores, que eu acredito que não vai acontecer.

Então, nós temos que fazer a nossa parte, criar e definitivamente votar esse parque lá na Assembléia Legislativa. São 180.000 hectares.

O que eu entendo? Eu entendo que se nós conseguíssemos convencer, não a população, mas alguns segmentos, como ONGs, para que olhassem com muito carinho, com muito respeito, a situação do município, dessa região, eu acho que num grande entendimento, se nós criássemos um parque entre 130.000 a 150.000 hectares estaríamos contemplando toda sociedade. Quem sabe sobriaria, Padre Ludy, alguns mil hectares para assentar essas pessoas que querem terra também. Como já fizeram os proprietários daqui, que cederam parte de suas terras, para que aqui pacificamente, sem nenhuma gota de sangue derramada, assentarmos setecentos e cinquenta famílias. O INCRA vem fazendo isso há anos e não consegue assentar ninguém. Então, isso é tudo teórico.

Na prática, eu diria que se nós pudéssemos hoje aqui, se fosse possível, sair com uma proposta nesse tamanho, de 130.000 a 150.000, iria contemplar, eu falo novamente, os pequenos e médios proprietários, e quem sabe sobriariam 5.000, 10.000, 15.000 hectares para legalmente assentarmos cem, duzentas, trezentas, quatrocentas famílias, que ainda precisam de terra, que são do Município de Novo Mundo e dos municípios circunvizinhos.

Agora, o Deputado Silval Barbosa colocou muito bem, muito claro, eu jamais incentivei. E vou colocar com as mesmas palavras do Deputado Silval Barbosa: não entre no Parque, que é perder tempo. Não façam isso. Não façam isso. Vai valer... Hoje vale uns cento e oitenta. Quem estiver lá dentro vai sair, vocês não tenham dúvida. Agora, se nós conseguirmos diminuir, quem sabe nós podemos resolver esse problema.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS
PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO,
NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então, temos que deixar bem esclarecido e fazer esta defesa ao povo deste município. Eu acredito que o Prefeito, que o sindicato, que os movimentos organizados, as igrejas... Eu gostaria que todas as igrejas se manifestassem também. Se vocês entenderem que tem que ser cento e oitenta mil, a Assembléia Legislativa não terá o que fazer. Nós vamos lá, vamos aprovar e acabou. Não tem o que discutir.

Então, a gente vem aqui ouvir, por isso se chama Audiência Pública. Eu sei que aqui nem todos puderam estar presentes. Mas eu vejo aqui representantes de todos os segmentos. E nós temos claras condições de definirmos isto aqui hoje, de chegarmos a Cuiabá e lá, na Assembléia Legislativa, nas Comissões, aprovarmos e votarmos esse parque. Esse parque, realmente, depois de criado, hoje já está sendo preservado e que seja preservado. E também nós temos que ter essa conscientização de que nós precisamos preservar uma parte das nossas riquezas. Mas eu também sempre coloco que não adianta compararmos uma árvore a um homem. Pode ter milhares de árvores. Um homem vale milhares de vezes mais do que uma árvore. Então, nós temos que conciliar o meio ambiente com o homem, com o povo e com as pessoas, para tirarmos proveito.

Eu sempre defendi, todos nós defendemos o meio ambiente, preservar, isso não se discute, as nascentes dos rios. E nós já cometemos muitos erros, inclusive aqui em Novo Mundo e nessa região. Nascente de rio tem que ser preservada, as matas ciliares, que são as margens dos rios, para que não tenha assoreamento. Há pouco eu falava com o Deputado Silval Barbosa sobre o rio Juruena. Como é lindo ver esse rio limpinho, intacto. Se formos derrubar até a beira do rio vai assorear, vai acabar tudo isso. Então, essa consciência nós temos. É com essa consciência que estamos aqui hoje, nesta Audiência Pública, para fazermos um encaminhamento. Estas seriam as minhas palavras.

Eu acredito que Deus vai ajudar para que possamos fazer o melhor, para que nós, brasileiros, possamos votar, através da Assembléia Legislativa, e nós, brasileiros, possamos continuar mandando em nosso País. Agora, há pouco, o Presidente da Bolívia, vocês viram o que ele fez. Ele está defendendo a soberania do País dele, a nacionalização da PETROBRÁS. E cadê a nossa soberania? O que eu falo aqui é muito sério. Na Amazônia, o mundo está de olho. Será que não tem alguém interessado em fazer o que estão fazendo em outros países? Primeiro, tentando internacionalizar a Amazônia.

Então, nós, brasileiros, fomos chamados aqui, e isso não preciso repetir, todos nós sabemos, para "Integrar para não entregar". Isso há poucos anos. Ora, se nós estamos aqui ocupando pacificamente, cada um com respeito... Eu respeito todos. Aquele que tem cinco mil hectares, três mil hectares, dois mil hectares e muito mais aquele que tem cem hectares, que tem a terra somente para produzir. Eu respeito todos porque há vinte, trinta anos, ninguém teve coragem de vir aqui, no meio da floresta nem para pegar cinco hectares. Então, nós temos esse respeito.

E nós aqui temos, Prefeito... Aqui não tem conflito agrário. Nós fizemos aqui, através do INTERMAT. Havia duzentos proprietários e cada um cedeu, Padre Ludy, 20% das suas terras e assentamos 750 famílias. Essas 750 famílias estão vivendo hoje... Com certeza, falta muita coisa, mas têm as suas casas de alvenaria, a energia já estará chegando. Ainda não chegou, mas já vai chegar. Já receberam o PRONAF, o PROCERA. Enfim, a qualidade de vida dessas pessoas tem melhorado. Se não tivéssemos feito isso partindo da base, das pessoas que aqui vivem, não teríamos, quem sabem, ninguém assentado, nenhuma dessas setecentas e cinquenta famílias. Então, aqui reina a paz.

Eu fico feliz quando o Poder Judiciário, através de Sua Excelência, Dr. André, está aqui ouvindo atentamente. Eu sei que ele tem essa compreensão e poderá nos ajudar muito levando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ao conhecimento do Ministério Público, falando com os juízes federais, também, que nos deixem resolver esse problema. Por que complicar? Por que a discussão que essa terra é da União ou é do Estado? Se o Estado já assentou 750 famílias, por que isso? Deixem dar o título de cem hectares para as 750 famílias que já estão assentados. Dêem o documento a cada um. E mais os 185 proprietários, acima de 100 hectares, que já está pronto apenas para o Governador expedir o título. Para que a Prefeitura possa também arrecadar impostos para ter condições, Prefeito, de arrumar as estradas, porque tem tanto cobrança. E há poucos dias uma Comissão esteve no meu gabinete e no gabinete do Deputado Silval Barbosa, pedindo, pelo amor de Deus, que o Estado arrumasse umas máquinas para virem à Gleba Divisa arrumarem as estradas. Graças a Deus, nós já temos a promessa e acredito, Prefeito, que assim que as chuvas paralisarem, nós vamos deixar esses maquinários vinte, vinte e cinco dias, para arrumarem essas estradas. Mas aí o Governo arruma uma estrada municipal e deixar de arrumar uma MT, porque o dinheiro é pouco. Não tem dinheiro para fazer tudo. Agora, a partir do momento que cada cidadão tiver o seu documento pagará imposto e a Prefeitura terá mais arrecadação e terá dinheiro para arrumar as estradas.

Eu agradeço a presença de todos os senhores e senhoras que vieram aqui, atentamente, ouvir o que estamos falando. E, com certeza, ao longo da Audiência Pública, também, poderão expressar a vontade de vocês, aquilo que é melhor para Novo Mundo, para Mato Grosso e para o Brasil. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - As autoridades e os integrantes da Mesa preferem se pronunciar logo mais à exposição do projeto de lei.

Eu não tinha resgatado, ainda, Deputado Pedro Satélite, todo esse histórico de algumas famílias. As primeiras famílias que foram à Gleba Divisa estavam acampadas aqui, neste pavilhão, cem famílias. E ali a equipe denominou Comunidade Cinco Mil. Foi alocada uma área, onde se assentou, então... Houve uma demanda de cinco mil hectares no momento. Foram assentadas as cem famílias e assim ficou denominado o nome como Gleba Cinco Mil”.

Quem é da Cinco Mil aqui? Tem várias pessoas.

Já estão chegando o Dr. Luís Henrique e a Dr^a Eliane, da SEMA.

Eu não sei se chegou a equipe de Taquigrafia. Eu acho que não foi possível.

Está chegando o Dr. Luís Henrique, Superintendente da SEMA. Ele está representando a SEMA, e também o Dr. Marcos Machado.

Convido-o para compor a Mesa (PALMAS).

Gostaria, também, de convidar a Dr^a Eliane, da SEMA, e o Dr. Plácido, do PNUD, para comporem a Mesa.

Há poucos dias nós realizamos um Fórum no Estado de Mato Grosso, em parceria, a Assembléia Legislativa, a Universidade Federal de Mato Grosso e o PNUD. E lá discutimos, depois de dois dias de oficina, de trabalho, os Objetivos do Milênio. Foram tirados oito objetivos frutos da discussão desse fórum. Um deles, entre os oito Objetivos do Milênio, é a questão ambiental. Até 2015, fazer uma avaliação criteriosa de como vai estar o meio ambiente, o dia-a-dia, com pesquisas e avaliações da Universidade Federal e o PNUD. E divulgar esses oito objetivos. Dentro dos oito objetivos que debatemos tem a erradicação da pobreza e da fome, o ensino básico universal, igualdade entre sexo e autonomia das mulheres, que ontem foi fruto de um grande debate em Cuiabá, redução da mortalidade infantil, melhoramento da saúde materna, combate ao HIV, malária e outras doenças, como a hanseníase, garantia da sustentabilidade ambiental. Olhem só. É um tema que o PNUD está trazendo. Foram escolhidas de dezesseis equipes de trabalho, em dois dias, cinquenta e uma entidades representativas. E um dos temas foi esse. E o último foi estabelecer

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

uma parceria mundial para o desenvolvimento. Então, essa questão ambiental não foge de discussão nenhuma. Está aqui o PNUD hoje representado. E já é fórum a continuidade desse debate. E vai passar por essas avaliações.

Há pouco eu falava e, em seguida, o Dr. André comentava aqui, comigo, ao lado, que se não criarmos definitivamente esse parque, se não definirmos a autonomia economia da fiscalização e a legislação do Estado, virá a União criar um parque federal. Aí qualquer conflito foge da instância, da competência judiciária do Estado. Aí tudo é Brasília. Lá não se conhece a realidade. É tudo mais difícil.

Bom, Dr. Luís Henrique e Dr^a Eliane, nós já havíamos informado, justificado o atraso do vôo de vocês. E já fizemos aqui uma introdução de como aconteceu todo esse processo da Gleba Divisa e desde quando surgiu o primeiro decreto-lei, de 66, que virou lei, em seguida o Decreto 118, que estamos em discussão até hoje. Já fizemos a introdução. E aqui eu colocava o projeto do Governo do Estado, a Mensagem nº 08, que está tramitando na Assembléia Legislativa, que está na Comissão de Constituição e Justiça e também na Comissão de Meio Ambiente...

Olha aqui, o Prefeito tem os documentos mais organizados.

E lá também já existe outra proposta, que foi encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça e também para a Comissão de Meio Ambiente, que é fruto do debate.

Portanto, eu não sei se o senhor quer fazer uso da palavra agora, ou já expor o material que temos em *data-show*. Expor primeiro.

Então, eu vou pedir para colocar a primeira Mensagem.

Esse é... Poderia colocar na imagem? É o máximo que conseguimos ampliar? Ah.

Esse é o projeto do Governo do Estado. Eu fiquei meio surpreso quando eu mandei plotar aquele biquinho lá em cima, mas é isso, seguindo todas as coordenadas que estão na Mensagem nº 08. Qual é a mudança aí? Aqui, eu vou chegar mais próximo. Eu não tenho a caneta a *laser*. Mas aqui, nesse ponto, nesse bico, fica o projeto da Usina Rochedo. Aqui. A proposta que tinha... Tinha duas propostas, três ou mais, em discussão na Assembléia Legislativa. Esse parque...

Chegou aqui uma régua. Muito obrigado.

A proposta era esta aqui, vinha, circulava, mas foi muito contestada e está sendo contestada até hoje. Ela viria aqui, que é uma discussão que fizemos em Alta Floresta, com vários produtores, que tirava esse pessoal para fora do parque. Mas o Estado mandou a Mensagem. A princípio era para tirar. Pelo menos, era o entendimento, a discussão que houve, a última discussão, em Alta Floresta. Este canto aqui, que tem vários pequenos produtores, que não são grandes, estes produtores aqui, são quatro, estão dentro do Projeto de Lei de sessenta e seis mil hectares. Eles já estavam com essa abertura, senão desse tamanho, já estava quase, antes da lei. Então, este já está havendo a discussão, a que eu falei antes, anteriormente, de indenizar. Então, esta é a proposta de cento e oitenta mil hectares do Governo do Estado. Alguma dúvida aqui?

Agora, o questionamento que tem da outra proposta, que está na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Meio Ambiente, é a inserção desta área aqui. Uma alega para deixar o espaço da usina fora, mas esta parte aqui será alagada, dentro do projeto de execução da PCH. Então, eles estão pedindo para deixar esta área fora do parque porque não sabem quem vai estar amanhã, porque já foi discutido na SEMA e tem o entendimento que não tem problema o alagado ficar dentro do parque. Mas o medo de quem vai investir não sei quantos milhões, parece-me que são nove milhões ou doze milhões. Eu não sei. Não. Mas não só nessa. Não é só nessa o investimento. Nessa é menos. É menor o valor. Não é tudo isso. O medo é que amanhã ou depois

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

possa inviabilizar o investimento, como tem algumas usinas no Estado tendo essa contestação por parte do Ministério Público.

Eu até tomei o cuidado e pedi para mostrar para vocês, eu não sei se está aqui, nesse CD, a outra proposta que tem na Comissão de Constituição e Justiça e que é fruto de discussão. Nós estamos debatendo, Dr. Luís, aqui a proposta do Governo. Nós temos que debater porque lá vai ser fruto. O Deputado Pedro Satélite nem é da Comissão de Constituição e Justiça. E são cinco Deputados em cada Comissão. Cinco Deputados na Comissão de Meio Ambiente e cinco Deputados na Comissão de Constituição e Justiça. É lógico que passa pela Comissão de Redação Final.

A outra proposta, por favor, está aí?

É esta aqui, que de 180 ficam 162.000 mil hectares. Cento e sessenta e dois e uns quebradinhos é a proposta que tem lá. São 162.000 mil hectares. Então, estão aí as duas propostas. Excluiu o pessoal. Deixou fora também o pessoal.

E nesta proposta tem uma coisa interessante que o pessoal está defendendo, que é bom todos aqui ficarem sabendo. Uma reserva que tem aqui, que foi feito bico... Mostra-me a proposta anterior, o projeto anterior.

Aqui, sempre foi reservado esse bico aqui. E lá o pessoal está questionando juridicamente por que esse pedaço tem que ficar fora e não dentro do parque. Porque ele está em igualdade com os demais de toda a gleba, tanto na parte de regularização fundiária... Mas me parece, não tenho absoluta certeza, eu não conheço o documento, tem uma RPPN, uma reserva particular, um negócio assim.

Mas se você olhar... Mostra a segunda proposta. Fixa bem nessa. Volte, por favor. Aqui. Nessa está o pessoal pequeno. Dentro do parque. E existe essa área fora do parque. Mostra a outra. Nessa está aquele canto dentro do parque e tira esses pequenos fora do parque. Então, estão aí as duas propostas que estão na Assembléia Legislativa para serem discutidas.

Vamos fazer o seguinte... Nós estamos sem o serviço de Taquigrafia. Eu vou conceder a palavra para o senhor fazer a pergunta ou questionar, até para o senhor usar o microfone, se identificar, porque nós vamos registrar e transcrever em Ata.

Por gentileza, o senhor pode vir aqui e usar. Tem algum microfone sem fio?

Então, por gentileza. Eu gostaria que o senhor se identificasse. Fale o seu nome, porque é preciso para ser registrado em Ata. Só o nome. Padre Ludy.

Eu conheço o senhor, Padre. Mas eu gostaria, porque é um procedimento da Audiência Pública. Padre Ludy. Qual é a dúvida, Padre?

O SR. PADRE LUDY - Talvez seja só eu. Mas eu penso que teria que localizar melhor. O povo gosta de saber onde passa e o que inclui. Então, quem sabe, se pudesse localizar melhor onde é, por exemplo, a direção do Rochedo, o Teles Pires, os rios, as estradas, para que o povo possa saber. Eu acho que o povo está meio perdido.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Muito bem. Então, nós vamos localizar nesse mapa.

Essa foto não desce mais? É só aí? Está bom.

Aqui, Padre, está o rio Nhandu, as cabeceiras e as nascentes do rio Nhandu. Mostra a outra. Mostra a outra. É essa. Olhe aqui. Nessa proposta tem uma área muito bonita, que é conhecida como Olho da Xuxa, que está dentro do parque. Nessa proposta, está dentro do parque. E aqui está o Sr. Pedro Medeiros, que é um dos donos ou o dono, ele mesmo defendeu para deixar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

fora, porque ele quer fazer um grande investimento. Na outra proposta, ela está fora, a pedido do Sr. Pedro, que foi na Comissão de Constituição e Justiça.

Mostra outra proposta só para ver. Aqui, ela está fora. Aqui, é o rio Nhandu, as cabeceiras, as nascentes do rio Nhandu. Ele vem aqui, Padre, e cai. O Teles Pires está mais ou menos aqui. Aqui está o rio Teles Pires. Aqui está o rio Cristalino. O rio Cristalino...

(VIRADA DE FITA.)

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Isso!

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Sim, senhor. Por favor, identifique-se.

O SR. ROBERTINHO - Vereador Robertinho.

Estou de orelha quente, rapaz, porque eu estou preocupado para saber a localização do assentamento, dos assentados, como é que vai ficar a situação. Porque eu estou vendo o rio bem próximo da linha divisória e a gente fica preocupado querendo saber como é que vai ficar a nossa situação lá.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Olha, Vereador Robertinho, aqui é a serra, aqui é aquela serra, o Rochedo. Tudo aqui é aquela área de assentamento, o Cinco Mil está aqui, o Cinco Mil está aqui. Aqui tudo era assentamento e aquelas propriedades, aqui onde está aberto. Daqui para lá é o Parque. Aqui é aquele Rochedo. Se o senhor pegar aqui, esse aqui é laje, aquelas rochas naturais, aqui também têm uma faixa de rocha. Ok!

O SR. RENATO - O meu nome é Renato. Embora esteja me colocando como coordenador do grupo amigos do Parque, na verdade eu sou um dos membros do grupo. E acho que uma coisa muito importante a ser falada é que quando está falando de unificação dos parques não está falando em aumentar o parque para área do assentamento. Aí é uma das coisas que é muito importante esta Audiência justamente para esclarecer alguns detalhes. Os assentamentos que são da Gleba Cinco Mil e do Rochedo estão fora do Parque I e do decreto Parque II, também. Então, eu acho que essa é uma preocupação que tem que ser rapidamente esclarecida, porque a gente está dizendo aqui o que está sendo discutido na proposta da SEMA. Até os amigos do Parque foram muito simpatizantes, embora a gente tenha que conversar algumas coisas também. É que está sendo tirada aquela área na parte inferior que tinha sido desmatada anteriormente à criação do decreto. Isso é uma coisa. Agora, essa questão dos assentamentos, que é uma coisa que na verdade a gente precisa realmente discutir com muita cautela, eles estão fora da área do Parque. E como nós conversamos lá em Alta Floresta, que ao contrário, os assentamentos são grandes aliados em relação ao Parque e que na verdade podem ser os grandes beneficiados em relação ao Parque. Então, é importante a gente estar discutindo um pouco sobre isso também, quer dizer, deixar claro para as pessoas que estão nos assentamentos que não está sendo aumentado o Parque, está sendo unificado do Parque I para o Parque II.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - É isso mesmo! No início da minha fala eu disse que falaria dos assentamentos e das regularizações fundiárias, mas não era o objetivo da discussão, fiz uma introdução do que aconteceu até hoje, mas o fruto da discussão da Audiência Pública, eu acho que falei, Renato, é a unificação dos parques. A única coisa que se questiona aqui, Renato, em relação a assentamento ou algumas propriedades, é esse canto que eu falei, é este canto aqui, que nós discutimos lá em Alta Floresta, inclusive o pessoal estava lá em Alta Floresta e pediram para deixar isso aqui, é uma das propostas que chegou lá na Assembléia Legislativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS
PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO,
NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Em relação a todo aquele trabalho que o INTERMAT fez aqui na região, muito bem levantado pelo Renato e é bom esclarecer, todo aquele trabalho que o INTERMAT fez aqui na região, tanto dos pequenos, das setecentas e poucas famílias, aquelas que estão no Assentamento Cinco Mil e também daquelas quase duzentas famílias estão todas fora, com exceção aqui, essa aqui e aqui. Todas estão fora. Muito bem colocado.

O SR. NELSON - Boa-tarde a todos!

Obrigado pela visita aqui em Novo Mundo. Prefeito Nelson, para quem não me conhece.

Eu teria algumas questões que discutimos entre vereadores, secretariado, entidades, quero colocar a nossa posição e gostaria que ela ficasse registrada, que ela fosse levada em consideração na hora da decisão. Afinal de contas, no Novo Mundo nós temos de 85 a 90% do Parque que fica dentro do Município de Novo Mundo. Eu acho que quem tem que reivindicar são os moradores daqui. Nós temos que gostar do que queremos. Sem dúvida, eu estou defendendo a criação do Parque, a unificação da lei, acredito que estamos precisando realmente tomar uma atitude e torná-la decisiva para demarcar e começar a ser respeitada, porque quando foi o decreto do Dante, aquela vez, o pessoal foi a esmo, o pessoal foi derrubando e foi expandindo. Então, agora eu acho que será feita por lei... Em primeiro lugar, a nossa opinião aqui seria de realmente indenização dos quatro moradores que estão lá na parte do Parque, dos sessenta e seis mil hectares de terra, seria fazer a indenização uma vez que eles estão lá antes da criação da lei. Seria a nossa opinião também, de ser indenizados.

Quanto ao Parque II, que será unificado, nós teríamos a seguinte pergunta que quero fazer ao Presidente: Gleba Divisa, toda a Gleba Divisa, desde que o senhor conhece na história, e o Deputado Pedro Satélite também, ela é predominada em que limites? Pelo que eu conheço, há vinte três anos aqui, ela é predominada no limite: divisa seca com base aérea; limite rio Nhandu; limite rio Teles Pires e limite rio Cristalino, a parte que pertence para o Município de Novo Mundo. Eu estou equivocado ou seria essa...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Veja bem: a pergunta do Prefeito Nelson...

Gente, gostaria de pedir desculpas às autoridades, como já pedi para o Padre Ludy e também para o Vereador Robertinho, porque eu justifiquei a ausência do nosso Serviço de Taquigrafia, e estou pedindo, Nelson, que a fala fique gravada para as nossas secretárias transcreverem tudo. Desculpem.

A Gleba Divisa, a discussão judicial, o problema é o seguinte: tanto a matrícula do Estado como uma que é fruto de uma discussão, de uma discriminatória, ela sai do Teles Pires, Nhandu e a divisa é com o Pará. Hoje nós temos uma discussão na Justiça, também, que é praticamente líquido e certo de que nós vamos, nem vamos dizer que vamos ganhar, nós vamos ter que demarcar a linha de Mato Grosso. Nós temos um documento de 1918, em que as coordenadas... Tem a linha com documento, com coordenadas, com tudo, mostrando que não é ali, é mais para cima. Tem mais dois milhões e duzentos mil hectares que pertencem para Mato Grosso, que é de Mato Grosso.

O que precisa é o Exército mandar demarcar a divisa. Existe um trabalho, já estivemos no Pará, o Pará já contestou, já ganhamos, já suspendemos uma ação na Justiça do Pará, que estava documentando essa área, enfim, é uma decisão que mais cedo ou mais tarde, a cartografia, o Exército Brasileiro, vai ter que pegar a cartografia e demarcar a linha do Mato Grosso e vão ver que não é ali, ela pega a Cachoeira dos Curuá.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS
PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO,
NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Mas, só para informar àqueles que não conhecem a divisa, que essa divisa aí de cima é com a base aérea. A base aérea, dois milhões de hectares de mata e logo atrás da base aérea, dentro das novas unidades de conservação que foram criadas pelo Governo Lula, tem mais três milhões e poucos mil hectares que vão interligar com o Parque do Juruena, que nós não conseguimos ter sucesso semana passada, em Brasília. Nós queríamos fazer quatrocentos trinta seis mil hectares de uma floresta pública lá em Apiacás. Não conseguimos. A Ministra foi taxativa, é um parque nacional de um milhão e poucos mil hectares integrando junto com esses três milhões. Quer dizer, fora esse parque aqui, são treze milhões de hectares que foram criados de reservas, parques, reservas ecológicas, como é do Cachimbo, de quatrocentos e poucos mil hectares. Enfim, mas esse Parque Nacional dentro de poucos dias sairá o Decreto Presidencial que o estudo já está pronto.

Então, Prefeito, sendo bem objetivo, o que tem de documento é divisa, é culpa, as coordenadas todas são com o Pará, a divisa. Vai ser fruto de muitas discussões futuramente. Todos os documentos que amarram com o Pará não têm uma coordenada, perímetro tal a perímetro tal. É divisa com a linha do Pará.

O SR. NELSON - Bom, então nós temos divisa seca com o Pará, divisa com o rio Cristalino, rio Teles Pires e o rio Nhandu. O que fica à Gleba Divisa?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Não é Cristalino, não é Cristalino a divisa, porque tem uma coisa interessante aqui, Prefeito, que vocês que conhecem...

O SR. NELSON - Que é pelo lado de lá um pouco, tem outra linha...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - São quatrocentos, a primeira demanda...

O SR. NELSON - Quatrocentos trinta quatro...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Quatrocentos trinta seis, quatrocentos trinta quatro mil hectares da Gleba Divisa, só que nós estamos discutindo hoje o que é Parque, a regularização, é só um pouco que atravessa um pequeno pedaço do Cristalino para cá. Se você somar isso aí dá trezentos e poucos mil hectares, Prefeito, ela não dá os quatrocentos trinta seis mil hectares que os quatrocentos trinta seis ainda seguem para frente. Então não é o Cristalino...

O SR. NELSON - Mas a nossa referência seria a seguinte: eu tenho recebido várias visitas de pecuaristas, de agricultores, querendo documentar suas áreas que estão na parte de baixo, fora do Parque. Então, a gente sabe que o tratamento para o brasileiro deve ser por igual, tanto para um pecuarista como a quem quer criar uma RPPN ou de qualquer modo. Eu quero aqui pedir, com muita atenção, saber por que dentro do Parque ou dentro da Gleba Cristalino foi criada essa RPPN com título definitivo, documentado e registrado, sendo que nenhum pecuarista até o momento, dentro da Gleba Divisa, conseguiu o seu documento real. E, de repente, foi respeitada uma área só porque foi criada uma RPPN. Qualquer pecuarista pode criar uma área também de RPPN. O que eu estou questionando é a pousada da dona Vitória. Eu quero saber por que ela tem um título que dá amparo jurídico a ela... (PALMAS)

Eu quero assim... O mesmo documento, Deputado Pedro Satélite, que está dentro da CPI da Terra, que também foi anulado na época, então, eu queria fazer uma observação, que fôssemos ver juridicamente. Não estou questionando a dona Vitória...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Sr. Prefeito, essa é uma questão que vou pedir para o senhor, é uma questão que nós vamos levantar juridicamente. A dona Vitória, a informação que eu tenho, não tem os documentos, e eu acabei de falar para vocês. Quem tem... A própria Dr^a Eliane acabou de nos informar que tem aprovado pelo IBAMA uma RPPN, com documento reconhecido e tudo. Agora, o questionamento que chegou lá para a Comissão, e ele está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

tirando fora da proposta, é que é um documento frio. O mesmo documento que tem é o que criaram lá, porque reconheceu o dela e não reconheceu nenhum outro. Esse é o questionamento que nós vamos colocar à Procuradoria da Assembléia Legislativa, à Assessoria Jurídica das Comissões, para discutir a questão dos títulos. O INTERMAT vai ter que informar esse título, se é o direito dela e se for verídico, for real o título, certamente será reconhecido. Nós também não vamos atropelar o direito garantido de ninguém. Se o título realmente é dali daquela área, é cravada ali, tem todo reconhecimento, certamente a Comissão de Constituição e Justiça, que avalia todos esses documentos, vai reconhecer ou cancelar.

O SR. NELSON - Tudo bem, então fica a cargo dos senhores decidirem lá.

Um outro questionamento seria o seguinte: sou morador há vinte três anos aqui, sei das atitudes do fogo, apaguei muito fogo, nosso Município queimou 95% no ano de 1997. Foi aí que começamos, chegou a Marinha do pró-fogo, começou filtrar reuniões, começamos a conscientizar do prejuízo. Isso aconteceu! Então, hoje, o que eu quero questionar em nível de parque, nós sabemos que têm áreas, e não sei se houve ilegalidade ou não houve para ser derrubado depois do Decreto, mas hoje, enfim, o que importa é o momento de hoje, elas estão com capim. Eu quero dizer o seguinte: esse capim, sem o gado pastando pelo capim, ele vai crescer, vai formar uma massa muito forte que será inflamável para o fogo. Então, a nossa opinião seria, onde tem capim em volta do Parque, quem plantou, ele seria documentado e seria feita responsabilidade em nível ambiental, problema do fogo, para tornar-se guardião, para não termos problema de invasão do Parque que será determinado. Porque, uma massa de três, quatro mil hectares de capim, sem gado em cima, se passar um companheiro lá e triscar o binga lá, no mês de agosto, eu tenho certeza de que vamos queimar a mais mil, dois mil hectares de parque em mata. Eu conheço as atitudes do fogo, ele invade para dentro e não tem bombeiro para atacar, não. Não tem, ele é muito forte.

Então, eu acho que nós tínhamos que sensibilizar a parte que está com capim, temos que tirar fora do Parque e, imediatamente, tomarmos a posição da divisão e começar a preservar, porque se nós deixarmos o capim lá, não será o IBAMA e não será a SEMA que vão ter gente suficiente para zelar, para cuidar de quem entra dentro e bota fogo. Ele é um barril de pólvora lá presente. Eu conheço as atitudes do fogo, e com essa queimada que vai invadir, ele vai adentro do Parque, vai destruir a natureza muito mais do que se tivesse uma pessoa responsável por aquele capim, quem o plantou, se for preciso, e que tenha a responsabilidade de ficar no controle do fogo. Nós falamos, vamos reflorestar aquela parte, sabemos que aqui tem um plano diretor do Parque que é para levar até cinco anos para ser concluído, e cinco anos é muito longe, Deputado. Nós precisamos de um plano diretor de emergência, mas tem que ser dada uma solução, começar os trabalhos dentro de sessenta dias...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) – Prefeito, não é um plano diretor, é um manejo sustentado...

O SR. NELSON - Isso, seria um manejo, positivo. Mas ele é muito demorado para esperarmos cinco anos, Deputado, porque eu tenho certeza de que, se nós tomarmos uma atitude em sessenta dias, pelo menos o fazemos em três etapas. Fazer a emergência. O que é a emergência? A demarcação, e daqui para lá é, e nós temos que botar ordem no que tem que ser preservado, e depois nós seguimos esse plano de manejo para frente. Então, isso seria interessante.

Outra situação que eu quero defender para o Município. Nós sabemos que vai ser muito difícil o Município de Novo Mundo chegar no Parque Cristalino e querer fazer o ecoturismo. Nós já pedimos para o nosso Secretário Marcos Machado, para podermos colher a bola da castanha para dar subsistência a uma pequena indústria que tem lá e fomos negados, porque o bichinho tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

que comer a castanha, senão falta alimento para o bichinho e tal... Essa foi a resposta. Concordo. Então, sabemos que também vai ser proibido fazer o ecoturismo lá dentro, mas nós queremos no mínimo trilhas para podermos ver essa beleza. De que adianta um parque se não podemos adentrar nele, olhar a boniteza que tem lá... (PALMAS). Nós precisamos ver o que é a beleza, porque vamos estar cuidando dela com mais amor.

Então, nós queremos também, para poder construir estruturas do município, quem quer que venha a investir, no mínimo três áreas que seja de mil hectares cada área. Uma que beire o Cristalino, outro o Rochedo e o outro o Nhandu para podermos ceder o sistema de ecoturismo, fazer hospedagem, hotéis, enfim, dentro das leis ambientais, que seja respeitado e não vão ser desmatada. Mas nós queremos ter um local para poder fazer um investimento, porque dentro do Parque eu tenho certeza de que será proibido. Então, nós queremos ter acesso ao Parque, a vir os companheiros do município vizinho, dos países vizinhos e poder fazer visita. E o nosso agricultor e o pecuarista que rodeiam o Parque poderem, quem sabe amanhã ou depois, fazer aí o ecoturismo agrícola, pousadas lá na fazenda e todo mundo ganhar o seu dinheirinho e ver que o Parque está sendo vantagem para nós. Senão, eu estou vendo que hoje têm trezentas famílias no Cinco Mil, se nós não tomarmos uma providência e criarmos uma atitude para darmos sobrevivência àquelas famílias, porque nós estamos aqui com um belo projeto de biocombustível para plantar pinhão manso, que também participa do reflorestamento, se não conseguirmos dar subsistência àquele pessoal, nós vamos ter problema no dia de amanhã.

Então, eu defendo essas três áreas vizinhas para podermos ter aí o acesso, para fazermos as estruturas do ecoturismo.

Quero pedir, que seria fora do Parque, vamos acelerar os documentos. Olha, o nosso Governador tem que dar uma peitada, isso é pelo meio ambiente. Cada vez que nós não botamos o agricultor para tomar responsabilidade, com registro em cartório, no sítio dele, ele vai desmatar mais. A partir do momento que ele assinou um documento dizendo: não, aqui eu não posso porque vou estar sendo prejudicado pela Justiça, aí ele vai tomar fé e vai deixar a sua preservação.

Então, nós precisamos do registro de documento.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Renato, amigo do Parque, para fazer uso da palavra.

O SR. RENATO - Bem, pessoal, de início, algumas coisas eu concordo com o Nelson, sim, e acho que a propriedade, a comunidade tem que, realmente, logo se apropriar do Parque Estadual Cristalino. Nós, como amigo do Parque e eu também por estar aqui há tanto tempo naquela região de Alta Floresta, desde que vim com o meu pai lá do Paraná, sabemos como é complicado viver numa propriedade rural, o quanto é difícil. Mas eu sempre vejo que falta um conjunto de explicações, talvez a gente tenha que ter uma mea-culpa nisso. Nós que estamos lá em Alta Floresta, às vezes temos um pouco mais de informação e, de repente, essas informações não chegam aqui para a comunidade, e é muito importante que elas cheguem e cheguem rápido, até para vocês realmente tirarem um padrão do que é o Parque Estadual Cristalino, o que o Parque Estadual Cristalino pode efetivamente, efetivamente, não de forma eu acho isso, eu acho aquilo, que pode trazer para a comunidade.

Bem, primeiramente, sobre aquela área que foi falada, que está sendo questionada, eu acho que está indo pela via correta, que é via Justiça, ver se a área tem realmente título, se esse título é legal, como é que ele é. Nós sabemos que é uma área que, desse conjunto de áreas, está desde antes mesmo da criação do Parque, era uma área totalmente conservada mesmo, e com projeto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

lá de ecoturismo, que é o projeto que sempre aparece nos “globos repórteres” da vida, que vêm e trazem a notoriedade para o Parque Cristalino. Inclusive, é uma das coisas que eu acho que tem outro ponto principal, é que Novo Mundo tem um Parque que tem uma visão não só regional, não só estadual, não só nacional, mas internacional, uma visão positiva. Quando eu falo positiva, é o que esse Parque pode trazer de recursos. Nós falamos em cifras financeiras para uma comunidade que é carente. Nós estamos lá, passando pelo entorno do Parque Estadual Cristalino, é muito legal ter as comunidades lá, mas o pessoal está vivendo uma situação que precisa realmente ser revertida. E eu vejo, eu, particularmente, nós amigos do Parque, vemos o Parque Estadual Cristalino como uma saída para isso, não é a curto prazo, de jeito nenhum, é a médio prazo.

Quando o Prefeito falou da questão das implantações das áreas, três, quatro áreas dentro para utilização de cessão pública, Prefeito, na verdade, um parque estadual, uma unidade de conservação, ela é regida pelo que chamamos de plano de manejo. Um plano de manejo é um estudo que não envolve apenas questões biológicas, envolve um plano de utilização pública, de uso público. E o plano de utilização de uso público é justamente uma coisa que está carente no Parque Estadual Cristalino. Talvez seja, Eliane e Luís Henrique, uma das coisas que está um pouco travada.

Para vocês terem uma idéia e não sei se vocês tiveram essa notícia, mas aqui dentro desse Parque, em termos de estudo num Programa do Governo chamado PROECULTOR, do incentivo ao turismo, já foram investidos duzentos mil reais em estudo, e não é em Alta Floresta, aqui na região de Novo Mundo. Por quê? Porque 85% do Parque ou mais está em Novo Mundo. O que está faltando é concluir esse plano. Por que não foi concluído? Justamente por isso, Prefeito, porque quem analisou identificou que está faltando uma relação com a comunidade, que está faltando a questão do uso público em cima do Parque Estadual Cristalino, e é uma coisa que obrigatoriamente tem que ser feita. Então, agora, inclusive, está sendo discutida pela própria SEMA a aquisição do dinheiro restante para vir para conversar com a comunidade e para mostrar o que isso significa. Então, oitenta mil reais ainda está faltando para terminar esse plano de manejo que é uma coisa que tem que sair urgentemente. Agora, a posição nossa, como amigos do Parque Estadual Cristalino, e é importante falar que quando a gente fala nesse sentido é que a gente vem discutindo isso, conversando tanto com o Deputado Silval Barbosa, também lá em Alta Floresta quando o Deputado Pedro Satélite esteve lá e a gente mostrou, a gente mostrou para o Prefeito, venho conversando com o Prefeito, que a relação do Parque tem obrigatoriamente, não é deve ser, obrigatoriamente, que passar pela valoração dos assentados lá em baixo. Obrigatoriamente!... (PALMAS). Agora, essa questão dos assentamentos está muito relacionada a um plano de manejo direcionado para a comunidade. E nós temos lutado.

Quando falamos de entorno, também tem uma coisa que nos preocupa muito enquanto amigos do Parque. Tem um Programa de Governo chamado Programa de Áreas Protegidas da Amazônia. Esse Programa tem uma dotação orçamentária de milhões e milhões de dólares em investimentos e unidades de conservação. O investimento na unidade de conservação somente é feito quando a unidade está efetivamente criada.

Nós, lá em Alta Floresta, quando os Deputados estiveram lá com o Prefeito e quando o pessoal da SEMA esteve, nós levantamos juntos ao Secretário de que estava tendo uma reunião no Amazonas para colocar o Parque Estadual Cristalino dentro e o Parque Estadual Cristalino foi colocado dentro do ARPA. Sabe o que significa, gente, a possibilidade disso? Significa a chegada de recursos para o Parque na ordem de cinco milhões de dólares. Sabem o que significa cinco milhões de dólares num investimento a médio e longo prazo numa comunidade carente em termos de infra-estrutura, carente em termos de recursos? Isso é um diferencial enorme.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS
PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO,
NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Tem vários exemplos de Países em termos de parques federais e estaduais, que a comunidade direcionada no entorno é muito privilegiada. Desses cinco milhões de dólares, se dá um milhão e meio de implantação a médio prazo e o restante, com o chamado de fundo fiduciário, num investimento de duzentos cinquenta mil dólares anuais para a prefeitura.

Tem uma coisa importante, também, o Parque Estadual Cristalino é direcionado porque tem o ICMS Ecológico e o ICMS Ecológico tem uma entrada de recursos dentro do Município também para aplicação nos assentamentos. Quer dizer, na verdade, eles têm muito a falar em relação ao Parque e é muito importante deixar claro, Deputados, que nós não estamos discutindo preservação por preservação, estamos discutindo a questão da comunidade no entorno e isso inclui preferencialmente o Município de Novo Mundo. Isso é muito importante. Já tenho dito isso muito para o Nelson, toda vez que a gente vem aqui, a questão de Novo Mundo é uma questão-chave e realmente o Parque tem muito a ser selecionado.

Agora, tem um problema na questão da continuidade e na entrada efetiva do Parque Estadual Cristalino dentro do ARPA. Nós, amigos do Parque, consideramos a proposta da SEMA muito boa, achamos que em termos técnicos é excelente, mas ela reduz o Parque ainda a 2,7%, que são cinco mil hectares. Nós temos uma proposta, como os Deputados têm uma proposta, também temos uma proposta que é colocar algumas áreas que não têm confronto...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Só uma pequena informação, Renato, nós não temos... Essas são as propostas que chegaram na Assembléia Legislativa, duas, não são propostas dos Deputados.

O SR. RENATO - Ah, não?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Não. Essas são as duas propostas que estão lá na Assembléia Legislativa, uma é do Governo e a outra é dos grupos que estão defendendo...

O SR. RENATO - Perfeito...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - ... essa proposta. Só a título de informação.

O SR. RENATO - Não, eu estava vendo que tem uma proposta da SEMA, mas a outra eu pensava que era de uma Comissão de Deputados que estava sendo proposta.

Nós, enquanto Amigos do Parque, temos uma proposta, vamos também encaminhar junto para o Deputado Silval Barbosa, que nós consideramos que efetivamente não deve ser reduzido nada do Parque. Isso não inclui tirar pessoas que estão de posse, isso não foi deixado claro antes. Realmente nós concordamos com a unificação do Parque I e Parque II e que sejam acrescentadas algumas áreas que não têm nada de confrontamento com propriedade que já estão estabelecidas. Nada. Mas agora esse Parque ficaria no seu patamar, que isso possibilitaria que o Parque recebesse esse recurso do ARPA, que entrasse a partir deste ano. Agora, nós, como Amigos do Parque, também não concordamos que sejam retiradas do Parque áreas com desmatamento após a data de criação, seja o Parque I ou o Parque II, de forma a não caracterizar impunidade pelos crimes ambientais cometidos, porque uma vez que foi decretado como Parque, automaticamente, posteriormente a isso, isso é um crime ambiental.

Gente, tem que deixar muito claro, não estamos falando em termos de preservação ambiental por preservação ambiental. É muito importante que a comunidade em si tenha real noção do que significa o Parque Estadual Cristalino para a comunidade de Novo Mundo, principalmente. Principalmente aquela região do entorno. Nós temos andado lá e temos visto que obrigatoriamente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

alguma coisa tem que ser feita, mas tem que ser feita uma coisa realmente com os pés no chão, e o Parque Estadual Cristalino é uma das grandes saídas que nós achamos.

Muito obrigado (PALMAS).

(VIRADA DE FITA.)

O SR. (?) - Eu acho que esta proposta aqui é muito boa, bem como aquela proposta de que o prefeito Nelson falou de nós aproveitarmos as áreas desmatadas, Deputado Silval Barbosa e Deputado Pedro Satélite, para resolvermos alguns problemas de assentamento que ainda ficaram pendentes na Gleba Divisa. Nós cadastramos em torno de 1.000 famílias e assentamos 723 famílias. Teríamos aí trabalhadores, porque eu sou a favor de trabalhadores, e não de quem pega terra para vender, porque tiveram muitos que pegaram terra para vender. Então, se nós formos fazer alguns assentamentos, Nelson, vamos ter que botar as unhas para fora e levantar o passado de quem diz que é trabalhador, para que não aconteça de alguns pegarem e venderem.

Então eu faço aqui uma proposta. Neste mapa aqui aparecem estas áreas que já foram desmatadas, eu não sei se antes ou depois. O companheiro acabou de falar aí agora, mas eu não sei se antes ou depois. Aqui temos essas áreas e temos aquelas áreas ali que também já foram desmatadas. É isso. Não é? Essas são áreas desmatadas. Por que, aqui está próximo ao assentamento do rochedo, não excluirmos aqui? Dariam uns 10.000 hectares, mais ou menos, nessa área desmatada que vai ficar dentro do parque para tocar fogo, para depois queimar o parque inteiro. Excluiríamos essas áreas aí e faríamos assentamentos em cima. Em 10.000 hectares cabem 200 pessoas, cabem 200 pessoas que são, mais ou menos, os trabalhadores que estão aqui em Novo Mundo, Sr. Nelson, acampados e tudo mais, que realmente precisam de terra. Porque podem ter 300 acampados, mas o senhor sabe, tem gente acampada e estão cadastrados a esposa e o esposo. Não são casados na lei, e os dois querem pegar lotes. Mas aí, não! Nós temos que ser rígidos, sérios quanto a isto. Então, eu faço uma proposta. Há aqui outra área desmatada também que vai ficar dentro do parque. Ora, se fez esta curva toda para atender a usina, para atender alguma coisa, então vamos alongar essa curva um pouco mais para lá ou cá para nós resolvermos esse problema de assentamento, que é muito sério. São pessoas que estão cadastradas e citadas e que já constam, a maioria, como assentadas na Gleba, mas não estão. Essa é minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Dr. Luís Henrique.

O SR. LUÍS HENRIQUE - Deputado Silval Barbosa, Presidente da Assembléia Legislativa; Deputado Pedro Satélite; Prefeito Nelson, primeiramente, desculpar um pouco pelo atraso. Hoje a agenda está cheia, como sempre, mas estamos aqui em nome da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, defendendo a nossa proposta. O Secretário Marcos Machado já esteve por aqui, e de maneira muito tranqüila tentaremos responder alguns questionamentos que foram colocados. Vamos começar, até para recordar, pelo o que o colega acabou de dizer. Nós sabemos muito bem que o ordenamento dentro da Gleba Divisa ainda têm muitas áreas em que pode ser feito isso aí, sem ser área dentro do parque. Ele é funcionário antigo, sabe muito bem disso e conhece toda essa pressão aqui. Está ok?

O outro questionamento, o próprio Renato colocou, sobre a questão dessas áreas que foram na proposta em torno de 5.000 hectares, que estão sendo colocadas fora do parque, que não impede o processo de crime ambiental. Este continua do mesmo jeito. Então a questão legal do crime ambiental continua do mesmo jeito. Portanto não tem a questão da impunidade aqui.

Eu gostei muito da fala do Prefeito, das colocações a respeito do fogo. Realmente, isso eu posso falar, porque sou filho de agricultor, sou engenheiro agrônomo e sei como é essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

questão do fogo. Mas sei também, Prefeito, que toda essa área aqui não é somente o Governo do Estado de Mato Grosso que vai ter que cuidar, não. Porque não tem condições de fazer isso de maneira muito clara - isso eu coloco para todos vocês. O direito ao meio ambiente é um direito difuso; é um direito de todo mundo; é um direito do privado, do público; é um direito difuso. A Assembléia Legislativa aprovou o ICMS Ecológico, inclusive, com o objetivo de ajudar na proteção disso aqui, e vários comitês estão sendo montados - o senhor falou da Dr^a Marília. E, se não me engano, lá em Alta Floresta já foi feito isso aí. Eu tenho certeza de que aqui em Novo Mundo também será muito fácil criar esse comitê sobre essa questão do fogo. A questão de colocar fogo nas pastagens, esse crime ambiental, isso pode acontecer? Pode. Mas foi por isso que o Secretário Marcos Machado enviou, através do Governador, uma Mensagem à Assembléia Legislativa, para se criar uma diretoria em Guarantã do Norte. Hoje, os profissionais que passaram no concurso já estão se preparando em Cuiabá para assumirem aqui, e na regional aqui virão mais seis funcionários. Nós teremos agentes ambientais, teremos gerentes de parques, quer dizer, nós teremos um pessoal que vai trabalhar na inteligência, também, em relação a essa questão. Mas, volto a frisar, nós temos que ter essa parceira, porque, realmente, essa questão do fogo é uma questão muito séria.

Então, a questão do ICMS ecológico eu coloquei aqui, frisando que 85% dessa área toda é do Município de Novo Mundo. Como frisou o professor Renato, realmente, o Parque do Cristalino tem uma notoriedade, um conhecimento internacional. Eu estive em várias audiências que discutiram sobre o Parque do Juruena, e quanto a questão da formação da Floresta Pública eu tenho minha colocação favorável, mas aqui falando também como técnico. Eu acho que é uma proposta muito bem colocada, porque, trabalhando esses assentamentos nas bordas, fazendo esse trabalho já iniciado através do ARPA, do PROECOTUR, Novo Mundo tem muito mais condições, ao meu ver, comparando aqui com um município próximo de Apiacás na questão do Juruena, para o desenvolvimento da questão do ecoturismo. Eu falo isso também, porque eu sou professor de universidade na cadeira de ecoturismo e conheço o que eu estou falando aqui.

Pois bem, realmente, nessa questão levantada sobre a RTPM da Dona Vitória, eu concordo com o senhor. A questão da legitimidade dos títulos é célula pétreia. Se for coisa fria, não terá valor nenhum e não será considerado de maneira nenhuma.

O Deputado Silval Barbosa falou a respeito daquelas áreas, do porquê daquelas áreas lá na ponta. Se o senhor for observar, se for fazer o contorno, existe bem no meio do parque. E como é que iam ficar no meio do parque? Então, essas propriedades aqui serão indenizadas pelo Estado. Naquela parte de cima, se eu não me engano...

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDIVEL.)

O SR. LUÍS HENRIQUE - Essa vai e aquela outra...

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDIVEL.)

O SR. LUÍS HENRIQUE - Aquela que ficou isolada ficou ruim. Uma ficou bastante isolada...

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDIVEL.)

O SR. LUÍS HENRIQUE - É, fazer um contorninho. Essa é uma questão técnica.

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDIVEL.)

O SR. LUÍS HENRIQUE - Eu acho que aqui é o fórum legítimo dessa propositura. Não é, Deputado? Com certeza o senhor vai encaminhar essa propositura à Secretaria para nós discutirmos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS
PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO,
NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu queria também colocar, em relação a questão da PCH que comentaram, que a licença da PCH foi dada antes do decreto de 2000. Então é mais do que legítima. O que o Secretário Marcos Machado colocou foi que o antes do Decreto fica de fora.

Sobre a questão do lago, eu não sei se foi o Prefeito que comentou, aí é até uma questão técnica. Se eu tivesse um lago em que em volta fosse tudo reserva, se aquela quantidade de água estivesse garantida, eu preferiria que o lago fosse preservado, para eu ter a garantia da geração da minha energia. Então não impede essa questão do lago estar dentro do parque. Pelo contrário, ele estará protegido. Não haverá assoreamento para prejudicar a PCH. No meu ponto de vista, eu acho que isso é muito importante ser colocado.

Enfim, eu acho que nós temos aqui no Cristalino.... Esse parque é, realmente, um parque de potencialidade, da biodiversidade mais importante, eu diria. Então, esse parque aqui mais a reserva de Apiacás, lá no canto, em termos de biodiversidade, são riquezas muito grandes. E eu falo com vocês não só como Secretário-Adjunto mas também como técnico da área, professor da área. Eu sei muito bem que aqui se tem uma capacidade de gerir essas atividades do ecoturismo com muito mais facilidade do que, por exemplo, Apiacás. Eu tenho certeza disso.

Então, nós da SEMA temos essa nossa proposta, proposta do Governo, e esperamos que os Municípios de Novo Mundo e Alta Floresta possam ganhar, no espaço de tempo mais curto possível, sobre essa beleza e definição desses acessos.

O Prefeito também colocou sobre a questão da passagem, e o Renato comentou que no plano de manejo são colocados os locais de acesso público, sim, através de trilhas definidas no plano de manejo. E essa região aqui desse lado é onde tem grande potencialidade, inclusive, de melhor acesso do município até lá. E com certeza isso vai ser contemplado no plano de manejo...
(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDIVEL.)

O SR. LUÍS HENRIQUE - E esses programas do PROECOTUR e do ARPA vão, inclusive, dar melhor estrutura a essas estradas de acesso público, porque vai ficar definido no plano de manejo. Não é admissível, evidente, não ter acesso a uma beleza natural como essa. E isso é garantido: a questão da educação ambiental, a questão do ecoturismo e a preservação da biodiversidade do parque.

O SR. (?) - Concordo plenamente. Mas o que eu estava requerendo era uma área para construção de infra-estrutura de hotéis que, de repente, não será incluída dentro do plano do manejo. Agora, em relação às trilhas, à visitação ao parque, tudo isso será incluso dentro do programa, eu tenho certeza. A obra, a estrutura para nós podermos fazer pousadas para o pessoal poder pernoitar, passar o fim de semana, essa seria a área que eu queria regularizar para o município em cada ponto, que seria no Inhandu, no Rochedo, e no Cristalino. Se no Cristalino, de repente, Novo Mundo não vai, como pessoal está muito acostumado, Alta Floresta vai. Então eu gostaria que ficasse resguardado...

O SR. LUÍS HENRIQUE - Mas essa estrutura pode ser feita no entorno, e o acesso garantido. É como é, por exemplo, em Bonito, Mato Grosso do Sul. Ninguém tem pousada onde está a cachoeira. Tem no entorno. E o acesso à cachoeira é garantido.

O SR. (?) - Concordo, desde que o entorno tenha um dono na área. Eu queria uma área pública municipal. Certo? O entorno tem dono, por exemplo, tem um fazendeiro "x". Eu queria um pedaço para o município poder agraciar quem quer vir investir. Essa seria a minha opinião.

O SR. (?) - Prefeito, na verdade, o plano de manejo indica justamente isso. Por isso é essencial que a comunidade participe da questão das oficinas públicas para a questão do plano de manejo. Por isso é uma solicitação da prefeitura, uma demanda da prefeitura que tem que ser

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

colocada na hora da conclusão do plano de manejo. Como eu falei, o problema do plano de manejo, e já foi gasta uma nota em cima dele, é que não se ouviu justamente isso. Então, o momento que vai acontecer nos próximos meses é para isso: identificar quais áreas de cessão que a prefeitura tem, que a prefeitura quer para trabalhar em cima delas, quais áreas um ou outro proprietário vai indicar. Então isso tem que ser discutido no plano de manejo. Entende? Por isso tem que haver uma participação mais efetiva.

O SR. LUÍS HENRIQUE - Se for essa área pública, pode ser contemplada no plano de manejo uma área pública para a instalação de uma base para trabalhar a questão do ecoturismo. Uma área pública.

O SR. (?) - Uma outra questão: se houver a possibilidade de abertura, de criação, dentro do parque, de RPPN, digamos aí, de repente a Dona Vitória tem a sua pousada e vai continuar comandando com uma RPPN. Eu queria que tivessem direitos iguais, que outras pessoas que também estão lá dentro também tivessem o direito nessas RPPNs.

O SR. LUÍS HENRIQUE - Bom, a pousada dela não está dentro da área do parque, e se eu criar uma RPPN dentro de um parque... Nas unidades de conservação existem as categorias de uso restrito e tal. E as RPPNs também são de uso restrito. Quer dizer, criar RPPN dentro de um parque, que já é área de uso restrito, não tem...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Olha, Dr. Luis Henrique, o problema é o debate. Nós temos um horário...

O SR. LUÍS HENRIQUE - Ok. Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Essa questão de uma RPPN dentro de um parque, Prefeito, eu vejo com muita dificuldades. Eu tenho um membro em minha família, meu irmão, que fez um investimento dentro desse parque há muitos anos, uma pousada, e comprou uma área para desmatar de 5.000 hectares. E quando se criou a lei, nós descartamos essa possibilidade. Eu poderia trabalhar aqui em causa própria defendendo uma RPPN, mas eu já vi que não é possível. Está descartada essa discussão, Prefeito. Lá é parque. Se tem investimento, se foi indenizado ou não, lá é parque e em parque não se mexe.

Eu vejo que é super interessante, Prefeito, dentro dessa discussão de plano de manejo, a prefeitura, de fato, discutir isso aí. Porque isso aí vai gerar receita, além do ICMS; vai estabelecer a receita de prestação de serviço de quem está aí dentro; vai ser uma nota também para o município.

Agora, vejam bem, senhores, aqui tiveram encaminhamentos de algumas propostas. Primeiro - eu quero que vocês me corrijam, se eu estiver errado - o prefeito, na fala dele, defendeu algumas trilhas dentro do parque para visita de turismo. Segundo, três áreas de, aproximadamente, 1.000 hectares serão definidas para a Prefeitura para serem pontos de visitas: uma no Cristalino, outra no Rochedo e outra no Inhandu. Terceiro, ele colocou que mandou documento, defendeu aqui, e eu sou obrigado defender lá, ou tiramos aqui mesmo: manejo ou - sei lá - possibilidade de extração de castanha. Essa é uma proposta. A proposta do Sr. Renato, do Amigos do Parque, é de não excluir as áreas desmatadas após a criação do Decreto. Essas áreas que foram desmatadas após a criação do Decreto não seriam excluídas do parque atual.

O SR. (?) - Gostaria de entregar um documento...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Ótimo. Entregue que eu vou levar.

E o Sr. Wandir Guimarães defendeu aqui o contrário à proposta dos Amigos do Parque, que é excluir de dentro do parque as áreas desmatadas para assentamento. O senhor mostrou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ali, Sr. Wandir, a proposta que o senhor está defendendo, mas naquela área já está bem regenerada a mata. De qualquer forma, é uma proposta que o senhor encaminhou, e eu tenho de levar...

O SR. (?) - Deputado, lá é área desmatada recentemente...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu conheço. Eu já sobrevoei lá várias vezes. E de qualquer forma a proposta do senhor será encaminhada para a comissão. Isso aqui é uma audiência pública, e eu sou obrigado a coletar as propostas. Essa que o senhor está entregando não é oficial, mas será registrada em Ata. E se o senhor quiser entregar o documento, eu vou receber oficialmente.

Meus amigos, eu vou pedir desculpas em função dos atrasos. Eu sei que nós temos aqui, Dr. Renato e Dr. Luis Henrique, essas duas propostas, e nós vamos nos debruçar.

Olhem, em 1998 eu discuti isso aqui. Quando foi criado o Decreto nº 118, a Assembléia Legislativa defendia só aquele desmatado aqui. Quando foi criado o parque, tinha só essa área desmatada aqui. Mas houve uma imposição e uma guerra grande da SEMA. Na época, a Dr^a Fátima Sonoda foi quem encampou essa defesa da SEMA e radicalizou. E até hoje nós não conseguimos definir esta linha. Por isso, eu peço a compreensão de vocês. Nós vamos acatar os encaminhamentos aqui, vamos estudar e vamos formar uma Comissão com a SEMA, com a Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e com a Comissão de Constituição e Justiça. Nós temos que achar um meio termo e definir, definitivamente, essa linha, delegando responsabilidade para quem está em torno ou se a SEMA definirá os traçados.

Quanto à fiscalização, eu vejo que é humanamente impossível só um gerente de parque cuidar de tudo isso. Tem criar cargos para mais agentes, e a Assembléia Legislativa está disposta, no que for possível, a criar mais cargos para a SEMA. Nós estamos dispostos a aprovar. Enfim, nós temos que definir. Definir sobre a indenização daquelas pessoas para tirá-las definitivamente de lá, porque senão ficam lá dentro e, queiram ou não queiram, lá tem família, às vezes, tem criança, e uma criança pode tocar fogo, incendiando esse parque. Isso será mais um problema. O Ministério Público virá em cima questionar tudo isso, e vamos ficar mais 5, 10, 20 anos discutindo isso aí. Amanhã pode...

O SR. (?) - E tem o aporte de outros recursos que podem...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Sim, ainda tem isso. Inviabilizamos o aporte de outros recursos, enquanto nós não definimos a linha do parque.

Essa é a vontade, é o desejo do Governador de resolver, definitivamente; é o desejo do Dr. Marcos Machado. Vocês estão vendo quantas discussões nós estamos fazendo, a Assembléia Legislativa, o Governo, as organizações e as Prefeituras. Há uma vontade, uma determinação de chegar a um meio termo e acabar com essa discussão, votando, definitivamente, essa linha e tentando contemplar todos os interesses possíveis dentro da legislação e da legalidade.

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Se tiverem outras propostas, eu gostaria que vocês as organizassem e as enviassem urgentemente, porque eu vou passar isso aqui depois com a Ata. Logo em seguida, Prefeito, eu vou passar a Ata para o senhor coletar aqui as assinaturas dos que estiveram presentes. Vocês vão ler e, se concordar, assinar.

Então, nós queremos resolver logo esse problema do Parque Cristalino, porque ninguém agüenta mais discutir esse tal de Parque Cristalino.

O SR. (?) - Deputado, o Presidente da Associação do Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa entregou um ofício aqui, e eu gostaria que ficasse registrado para o Secretário Marcos Machado. No ofício solicita-se que haja uma parceria entre a Secretaria e a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO, NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Associação, buscando ações pedagógicas de cuidados na preservação e manutenção do meio ambiente, políticas alternativas agropastoris, participação dos filhos e moradores como geração de emprego e renda, informações das associações desenvolvidas no Parque Cristalino e políticas educacionais para jovens residentes no entorno do Parque Estadual Cristalino. Eles solicitam isso a SEMA, e algumas questões aqui nós vamos encaminhar, inclusive, à Secretaria de Educação do Estado, para que nesse trabalho junto às associações do entorno, que é de grande importância para diminuir a pressão sobre o parque, com certeza nós sejamos parceiros. Eu encaminharei isso aqui ao Secretário Marcos Machado, em que assina o Sr. Jair Ramos Machado, Presidente da Associação do Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Deputado Pedro Satélite, em função da hora eu vou conceder a palavra ao senhor rapidamente. Seria muito bom se nós tivéssemos um tempo maior para que todos que aqui estão pudessem se pronunciar, mas nós já estamos abrindo esse espaço. O Dr. André até me indica aqui uma proposta para colocar, e nós vamos colocar. Ele coloca aqui: constar no bojo, no seu bojo, um artigo que considere nulo e extinto qualquer título ou direito de terceiro sobre as áreas envolvidas no interior do Parque Cristalino. É uma proposta do Dr. André que irá no bojo do projeto de lei, no bojo do projeto que nós estamos debatendo. E será encaminhada, Dr. André, essa proposta.

Com a palavra, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - É só uma questão de ordem, Presidente. Já que se trata de uma audiência pública, eu gostaria que a comunidade votasse se concorda com o projeto elaborado pela SEMA ou se concorda com o projeto abaixo. Que Vossa Excelência colocasse isso em votação. Eu acho que a sociedade tem o direito de, ao menos, opinar em alguma coisa, porque está podendo opinar muito pouco. O que eu vejo é o Renato vir aqui, e o que ele fala vira lei. Eu acho que tem que ser colocado. Isso se trata de uma audiência pública, e a sociedade também tem o direito. Então eu gostaria que Vossa Excelência colocasse em votação para sabermos quem concorda com um ou outro.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu vejo o seguinte (PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDIVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Não, Não. Deixe-me fazer uma observação aqui, Deputado Pedro Satélite. Nós temos algumas questões de ordem jurídica que nós vamos ter que debater, como aquela área da Dona Vitória, colocada pelas pessoas que encaminharam como suspeita de um título que não é verdadeiro. E também vai haver, com certeza, contradição das propostas aqui. Os amigos do parque não vão concordar. Se nós tivermos aqui a maioria de proposta A ou B, Deputado, nós vamos ter o questionamento ainda deste título. Eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que nós não colocássemos para uma votação aqui da maioria, a não ser que eu seja voto vencido. Mas nós temos todos esses questionamentos. Não é, Dr. Luís Henrique? Falei tanto em Luís Renato, porque nós temos um Luís e um Renato, e eu acabo confundindo. Quero pedir desculpas aos dois. É Dr. Luís Henrique e Dr. Renato. Então, eu gostaria, Deputado Pedro Satélite, se o senhor concordar comigo, devido à questão jurídica que nós temos que avaliar ainda do título da Dona Vitória, que nós vamos requisitar, já requisitei oficialmente ao INTERMAT, e este vai nos dizer da validade... E eu acho muito difícil o INTERMAT nos mandar uma avaliação equivocada. Eu posso até acatar o encaminhamento de Vossa Excelência, mas desde que a votação fique sob o regime de uma grande avaliação da procuradoria, da área jurídica da Assembléia Legislativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS
PARQUES ESTADUAIS CRISTALINO E CRISTALINO II, REALIZADA EM NOVO MUNDO,
NO DIA 05 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. PEDRO SATÉLITE - Deputado, assim, ao menos, seria manifestada a vontade da população. Se depois não for, é porque legalmente não pode.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu vou acatar o encaminhamento do Deputado, mas sempre dizendo que essa votação vai ficar sob a legalidade do levantamento de toda uma, vamos dizer, investigação de todas as documentações; vai ficar a critério da assessoria jurídica e da procuradoria da Assembléia Legislativa.

Então, como o Deputado insiste, a proposta de cima é da SEMA e esta é uma proposta de mais de uma pessoa, é de várias pessoas que estão naquele canto. Uma é da usina e a outra vocês conhecem bem. Por qual delas vocês optam? Pela de cima ou pela de baixo?

(PARTICIPANTES FALAM SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Quem concorda com a de cima, por gentileza, levante a mão.

O SR. (?) - A de cima.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - E quem concorda com a de baixo levante a mão (PAUSA).

Vejam bem, amigos, eu vou ser mais claro. Novamente, a proposta de baixo venceu, mas não necessariamente vai prevalecer, porque nós temos um questionamento jurídico que nós vamos trabalhar. Se não tiver nada de ilegalidade no título, pode até prevalecer a proposta de baixo.

Portanto, eu quero agradecer a presença de todos, do Renato que se representa aqui, do grupo Amigos do Parque, dos senhores produtores, do Prefeito, da Câmara dos Vereadores, do Deputado Pedro Satélite, do Dr. André, enfim, dos Secretários... (FINAL DA FITA.)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques.

* Degração de fita cassete.